

## Monica Grin, *“Raça”: Debate Público no Brasil (1997-2007)*, Rio de Janeiro, Mauad X/FAPERJ, 2010

Rafael Petry Trapp

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

A contemporaneidade tem reservado capítulos paradigmáticos e interessantes no campo do antirracismo e dos debates sobre identidade nacional e etnicidade no Brasil. O Brasil, que se constituiu historicamente sob o signo perverso da escravidão e dos conflitos e equilíbrios inter-étnicos, mediados pelo hibridismo e pelos usos e abusos sociais da *cor*, tem acompanhado uma escalada de eventos e situações novas e extremamente polêmicas nas últimas duas décadas. Um dos principais motivos de dissenso está localizado na instrumentalização contemporânea do conceito de “raça” como critério para a marcação da diferença, como observado, por exemplo, no debates e embates em torno da aprovação no Congresso Nacional do *Estatuto da Igualdade Racial*, em 2010.

Nesse sentido, o livro *“Raça”: Debate Público no Brasil*, de Monica Grin, professora e pesquisadora da UFRJ, surge em boa hora e propõe uma série de reflexões sobre a afirmação contemporânea da “raça” como conceito válido para a conformação de direitos e o que a autora define como o processo já em curso de “racialização do Brasil contemporâneo”. A obra, resultado de debates e ideias discutidos pela autora na última década, reúne, além de capítulos inéditos, alguns de seus artigos e trabalhos previamente publicados em outros meios, perpassados pela preocupação com a retomada da ideia de “raça” e a historicidade do antirracismo no Brasil.

O livro divide-se em três partes, quais sejam, *“Raça” e opinião pública*, *O debate público e o Estado* e *O debate público e os intelectuais*. Já na introdução, bem como no restante do livro, a autora deixa muito claro o tratamento conceitual de “raça”, permanentemente entre aspas, bem como as incertezas advindas do trato de tal temática. A virada contemporânea da “raça”, concebida pelo prisma multicultural como natural e *essencial*, engendra-se, no Brasil atual, em determinante das relações sociais e da distribuição de direitos, dentro de um novo contexto de constante disputa entre identidades e sujeitos “racializados”, em demanda por reconhecimento perante o Estado e respaldo da opinião pública.

A obra intenta mostrar como o Brasil, país historicamente marcado pela miscigenação e pelas ambiguidades inter-étnicas e interculturais, lida com o multiculturalismo e as estratégias identitárias levadas a cabo pelas políticas antirracistas no âmbito das instituições e da esfera pública. A autora propõe, então, uma discussão sobre o dilema político-normativo que envolve a dinâmica “racial” no Brasil: ou o Brasil capitula a uma retórica “racializada” e

define seus sujeitos de direitos com base na “raça”, ou busca a solução dos problemas do racismo sem o concurso da “raça” como marcador da diferença, contando com outras formas de luta contra as chagas sociais do preconceito e da discriminação racial.

A primeira parte, *“Raça” e opinião pública*, discute os novos campos discursivos em torno das categorias linguísticas mobilizadas pela retórica racialista contemporânea. A autora, a partir de uma narrativa etnográfica, utiliza-se de um episódio ocorrido na PUC-Rio em 1997 para discutir tais questões. O caso da PUC-Rio envolve a polêmica, os conflitos e as reações intelectuais e acadêmicas em torno da publicação, por parte alguns estudantes de Engenharia da PUC, de um jornal chamado *O Indivíduo*. A autora demonstra as mudanças nas percepções “raciais” e de como este episódio desencadeou conflitos em torno de noções como o “politicamente correto” e as premissas multiculturalistas. Além de o *political correctness* ter se tornado instrumento na arena das percepções raciais no Rio de Janeiro, as suscetibilidades da dinâmica das interações raciais afloram nesse novo contexto político e discursivo.

Em seguida são discutidos, através de uma pesquisa empírica com estudantes universitários e pré-vestibulandos negros e carentes, as opiniões e os juízos ordinários aplicados a um dilema moral em torno da memória do episódio da PUC-Rio. A autora considera que o racismo se encontra na base deste dilema e que as ambiguidades em torno das respostas não demonstram necessariamente falta de consciência “racial”, mas impõem o desafio de lidar com a pluralidade das concepções e representações “raciais” cotidianas no Brasil.

Na sequência é realizada uma comparação entre o impacto de experiências de ação afirmativa de recorte racial no âmbito da opinião pública no Brasil e nos Estados Unidos. Através da análise da relação entre opinião pública e ações afirmativas no vestibular da UERJ (2003) e na Escola de Direito da Universidade de Michigan (2003), a autora considera que se deva “relativizar a adequação dos princípios do multiculturalismo para o caso brasileiro.” (Grin, 2010, p. 104). É somente no desnudamento da especificidade racial brasileira que se deve buscar os fundamentos para a luta contra o racismo, pois a ambivalência característica da classificação racial no Brasil atua no amortecimento das tensões sociais, tanto negativa quanto positivamente.

A segunda parte, *O debate público e o Estado*, apresenta uma reflexão sobre a historicidade do antirracismo contemporâneo e os caminhos da “raça” rumo ao Estado e à chancela institucional. Discute-se o processo de aceitação da “raça” nos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso. É neste contexto que o Movimento Negro tem sua agenda alçada à esfera pública, galgando espaços institucionais e granjeando apoio internacional para a luta antirracista. É somente no contexto de preparação para a Conferência de Durban, em 2001, que o Movimento Negro e o Estado realizam uma aliança efetiva. O Movimento Negro retorna de Durban com um discurso político calcado nas reparações e nas ações afirmativas.

É no contexto do governo Lula, entretanto, que a “raça” e o multiculturalismo ganham status institucional e passam a ser “celebrados”, através, entre outros fatores, da efetiva implementação de ações afirmativas e da criação da Secretaria da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003. A autora considera que essas são algumas das evidências da construção de uma nova retórica racial, baseada na reinvenção e ressignificação da “raça” como

estratégia antirracista, colocando em questão a promoção da “diversidade de uma só ‘raça’”. Para Grin,

A reabilitação ontológica da raça como sujeito de direitos e de políticas públicas vem pautando o argumento político e moral para se debelarem as desigualdades do país. Pouca atenção tem sido dada a essa nova retomada da raça que, curiosamente sugere a inversão de princípios humanistas que em algumas raras conjunturas históricas negaram a legitimidade desse conceito no país. (2010, p. 139)

Em adição a essas reflexões, põe-se em questão o *Estatuto da Igualdade Racial*, documento aprovado em 2010 pelo Congresso Nacional em meio a homéricas polêmicas. Enfatiza-se nesse capítulo as problemáticas de sua concepção e de sua implementação no contexto brasileiro, posto que oficializariam fronteiras raciais rígidas e se elegeria uma “raça” sob a guarda de um documento promotor não mais do fim do racismo, mas da igualdade racial. O questionamento sobre a validade da “raça” permanece, em todo o livro, como norte para a discussão sobre o tipo de sociedade que se almeja poder construir na contemporaneidade.

A terceira parte, *O debate público e os intelectuais*, discute as relações entre diferentes discursos intelectuais sobre racismo, multiculturalismo e políticas de promoção racial através da análise de dois momentos de debate, quais sejam, o *Seminário Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos*, promovido pelo governo federal, em 1996, e o debate em torno de dois manifestos de intelectuais sobre as políticas de promoção da igualdade racial. Na análise sobre o Seminário de Brasília, fica patente a importância do debate intelectual e de como esse evento atualiza o embate entre valores e visões de mundo entre diferentes contextos e culturas, o que demonstra o caráter contingente das relações “raciais” em contextos específicos, desautorizando naturalizações e essencialismos, impondo, sobretudo, sérios desafios no sentido de discutir mecanismos de combate ao racismo surgidos em outros contextos, sem perder de vista a especificidade das relações sociais no Brasil.

A análise dos manifestos intelectuais põe a nu diferentes expressões do antirracismo no Brasil. De um lado, os partidários de políticas de promoção da igualdade racial, através do *Estatuto da Igualdade Racial*, de outro, os contrários, que enfatizavam a necessidade de políticas públicas de caráter universalista. A par de interessantes considerações sobre a historicidade do antirracismo no Brasil, desvelam-se as transformações no discurso antirracista, que, na atualidade, enfatiza o diferencialismo “racial” e a luta por reparações. Esse campo político será mais bem-compreendido se se considerar as transformações históricas da sociedade brasileira e o caráter globalizado das bandeiras antirracistas.

“*Raça*”: *debate público no Brasil* traz à tona importantes reflexões e atualiza um debate que está em curso no âmbito da opinião pública no Brasil. O livro, resultado de uma consistente pesquisa acadêmica, se traduz em um olhar de inquietação intelectual da autora, o qual acaba sendo incorporado pelo leitor. A argumentação demonstra como as transformações observadas no antirracismo e na orientação das políticas públicas nas últimas décadas promovem a ideia de “raça” a um status de paradigma para pensar a história e as relações sociais no Brasil, bem como a marcação da diferença e o estabelecimento de direitos. Mais do que acertada se mostra a escolha de “raça” permanentemente entre aspas,

traduzindo uma posição de constante tensionamento e suspensão de um conceito tão pernicioso e perverso.

Em que pese o conceito de “raça” ser, na contemporaneidade, ubíquo às mais diversas instâncias normativas e institucionais no Brasil, e desta maneira, adquirir aceitação entre os movimentos sociais antirracismo e em grande parte da academia, mais do que nunca a leitura da presente obra é recomendada. A obra se soma à leva consistente do campo de estudos das “relações raciais” no Brasil, posicionando-se entre as raras vozes críticas ao processo de racialização e seus claros déficits políticos. Em um contexto no qual o multiculturalismo e a “raça” gozam de ampla aceitação, enfatiza-se a importância do debate público e da permanente discussão e troca de ideias. Resta o desafio teórico, político e moral de combater o racismo e pensar um Brasil para além de “raças” e essencialismos.